

OS “OBJETIVOS DO MILÊNIO” DAS NAÇÕES UNIDAS

A Mortalidade Infantil e Materna,  
a Erradicação da Fome e da Pobreza no Mundo  
e seus Aspectos Socioeconômicos,  
sob uma Perspectiva Global

KARINE CITÓ CARNEIRO DE CARVALHO





COIMBRA  
DISSERTATIONS

TÍTULO

Os “Objetivos do Milênio” das Nações Unidas:  
A Mortalidade Infantil e Materna,  
a Erradicação da Fome e da Pobreza no Mundo  
e seus Aspectos Socioeconômicos,  
sob uma Perspectiva Global

AUTORA

Karine Citó Carneiro de Carvalho

REVISÃO EDITORIAL

Isaías Hipólito

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Silva

ISBN

978-989-33-3132-3

COIMBRA

2019

Todos os direitos para a publicação desta obra reservados pela Autora

© Karine Citó Carneiro de Carvalho

2022

**OS “OBJETIVOS DO MILÊNIO” DAS NAÇÕES UNIDAS**

**A Mortalidade Infantil e Materna,  
a Erradicação da Fome e da Pobreza no Mundo  
e seus Aspectos Socioeconômicos,  
sob uma Perspectiva Global**

**Karine Citó  
Carneiro de Carvalho**





## *Resumo*

O presente artigo propõe ao leitor uma breve abordagem acerca dos “Objetivos do Milênio”, propostos pela Organização da Nações Unidas, que visavam o cumprimento de metas pelos países signatários até ao ano de 2015. As metas aqui abordadas, aquelas relativas à redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna, além da erradicação da fome e da pobreza no mundo, buscaram estabelecer uma conexão entre os fatos sociais e econômicos que afetam o cumprimento dos referidos objetivos. Este estudo demonstra ainda os resultados alcançados pelo Brasil e por Portugal, sem descuidar os referenciais teóricos que os delimitam, numa tentativa de evidenciar que estes tópicos abordados não estão desvinculados da realidade fática e compõem uma unidade que tem como objetivo a melhoria das condições de vida da população, principalmente nas regiões mais pobres. Por fim, faz uma abordagem acerca dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que substituíram os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” e lançaram uma série de desafios a serem cumpridos até 2030.

**Palavras-chave:** Objetivos do Milênio; Organização das Nações Unidas; Mortalidade infantil; Mortalidade materna; Erradicação da fome e da pobreza no mundo; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.





## *Abstract*

This article proposes to the reader a brief overview of the “Millennium Development Goals” proposed by the United Nations, which aimed at meeting the goals to be followed by the signatory countries by the year 2015. The targets addressed here relate to the reduction of infant mortality and maternal mortality, besides the eradication of hunger and poverty in the world; the article also seeks to establish a connection between the social and economic facts that affect the fulfillment of these objectives. This study also shows the results achieved by Brazil and Portugal, without neglecting the theoretical framework that defines them, in an attempt to demonstrate that these topics are not unrelated from the factual reality and make up a unit that aims to improve the living conditions of the population, especially in the poorest regions. Finally, it addresses the “Sustainable Development Goals” (ODS), which replaced the “Millennium Development Goals” that launched a series of challenges to be met in 2030.

**Keywords:** Millennium Development Goals; United Nations Organization; Infant mortality; Maternal mortality; Eradication of hunger and poverty in the world; Sustainable Development Goals.



## *Abreviaturas*

AACPP	Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas
CE	Comissão Européia
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ODM's	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PE	Parlamento Europeu
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EU	União Européia
UEE	União Européia de Energia
UEM	União Económica Monetária



## *Índice*

Introdução .....	1
1. O Brasil e a Organização das Nações Unidas .....	7
2. A redução da mortalidade infantil e a condição socioeconômica das mulheres.....	9
3. A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável .....	15
4. A erradicação da pobreza extrema e a fome .....	21
5. Os “Objetivos do Milênio” na União Européia e em Portugal, e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” .....	25
Conclusão .....	37
Referências bibliográficas.....	41



## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo a discussão acerca das propostas elaboradas pelas Nações Unidas para se efetivar o cumprimento dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM’s). Tais propostas versam sobre o combate à fome e à pobreza no mundo, problemáticas ambientais, econômicas e sociais.

Faremos um breve histórico do surgimento dos ODM’s, que tiveram início no ano de 2000, quando foi organizada pelas Nações Unidas uma reunião que contou com a participação de 189 países dos Estados-membros (EM’s), tendo esta sido denominada “Cúpula do Milênio”.

Na origem do referido encontro estava a discussão primordial acerca dos desafios sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que deveriam ser cumpridos nas agendas de tais países, levando em conta se tratar de um compromisso que devia envolver os diversos setores da sociedade civil, tais como as ONG’s, as instituições do terceiro setor e organismos internacionais. Foram tais premissas que deram origem aos debates que se realizaram e que tiveram por base

um documento elaborado pelo então presidente da Organização das Nações Unidas (ONU), *Kofi Annan*, intitulado “*Nós, os povos, o papel das Nações Unidas no Século XXI*”. O referido documento

manifestava a importância de se debater temas como a violação dos direitos humanos, guerras, degradação ambiental, má distribuição de renda, epidemias, crime organizado, fome, entre outros, que levaram à elaboração do documento intitulado Declaração do Milênio, tendo este servido como base para a sistematização das ODMs<sup>2</sup>.

Ao analisarmos os ODM's e os processos econômicos, questionamos de que forma as ações contidas na “Declaração do Milênio” têm sido efetivadas como forma de garantia do estabelecimento de processos econômicos igualitários que visem o combate à fome e à pobreza, bem como ao acesso à saúde, pelas mais diversas classes sociais.

A construção da Declaração do Milênio e, como consequência, a formulação dos ODM demonstraram, uma vez mais, concretamente a universalidade dos direitos humanos. A fixação que o

---

<sup>1</sup> REZENDE, Maria José de. *Os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão*, Investigación & Desarrollo, 2008, p. 186, disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26816208>>, acesso em: 09/01/2019.

<sup>2</sup> REZENDE, Maria José de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate á pobreza absoluta e à exclusão social, *Convergência*, v. 14, n.º 43, 2007, pp. 169-209.



valor dos direitos humanos não é relativo a uma cultura determinada e, que independente da origem histórica e geográfica do indivíduo, há um mínimo ético aceitável por toda a humanidade. Este anseio ético é o princípio que promove a expansão dos direitos em seu movimento universal, ou seja, para Segato (2006) o fundamento dos direitos humanos não é outra coisa senão uma ética da insatisfação, encontrável entre os cidadãos de qualquer nação.

Assim, a universalidade dos direitos humanos está reforçada na universalidade dos ODM, na medida em que todos os seres humanos são titulares de determinados direitos que representam o consenso ético das nações democráticas. As desigualdades econômicas e sociais entre os povos e entre os indivíduos, resultado do processo estrutural de configuração do poder, ressalta a importância dos ODM, como representação do interesse mundial pela erradicação da pobreza e pela redução das desigualdades<sup>3</sup>.

Se nos basearmos no relatório de “Desenvolvimento Humano das Nações Unidas”, de 2005, através do qual se buscou uma avaliação do cumprimento da “Declaração do Milênio”, se verifica que os objetivos não estavam sendo alcançados, já que este assentava no propósito de livrar homens, mulheres e crianças das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema. Assim, em 2005, havia a percepção de

---

<sup>3</sup> RAMOS, Edith; MADUREIRA, Amanda; SENA, Jaqueline. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e o direito à saúde: uma breve reflexão, *RVMD*, Brasília, v. 10, n.º 2, 2016, pp. 450-472.

que as metas não seriam alcançadas até 2015.

As Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas são oito metas que todos os 191 estados membros da ONU concordaram em tentar atingir até o ano de 2015. A Declaração do Milênio das Nações Unidas, assinada em setembro de 2000, compromete líderes mundiais a combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação e discriminação contra as mulheres. Os ODM são derivados desta Declaração e todos têm metas e indicadores específicos.

Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são:

1. erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. alcançar a educação primária universal;
3. promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV / AIDS, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental; e
8. para desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Os ODMs são interdependentes. Todos os ODMs influenciam a saúde e a saúde influencia todos os ODMs. Por exemplo, uma saúde melhor permite que as crianças aprendam e os adul-

tos ganhem. A igualdade de gênero é essencial para a obtenção de uma melhor saúde. Reduzir a pobreza, a fome e a degradação ambiental influênciam positivamente, mas também depende de uma saúde melhor<sup>4</sup>.

Assim, no presente estudo discorreremos acerca das referidas normas regulamentadoras dos “Objetivos do Milênio”, mais especificamente os objetivos que versam sobre a mortalidade infantil, a mortalidade materna e o combate à fome e à pobreza no mundo.

Intrinsecamente interligados à presente temática, surgiram, posteriormente aos “Objetivos do Milênio”, os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) das Nações Unidas, tendo em vista melhorar a vida da população no mundo em geral, estabelecendo metas a serem alcançadas até 2030.

Os ODS (17 objetivos no seu todo) deveriam ser prosseguidos não só pelo Poder Público, principal responsável pela administração da saúde pública na maioria dos países do mundo, mas também pelas instituições que constituem o terceiro setor das sociedades que buscam, através de ações próprias, diminuir as desigualdades sociais no atendimento à população.

Discorreremos acerca do que os ODM’s dispõem em relação à área da saúde, tendo como tópico principal a redução da mortalidade infantil no mundo, levando em conta que a

---

<sup>4</sup> WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Millennium Development Goals (MDGs)*, disponível em: [https://www.who.int/topics/millennium\\_development\\_goals/about/en/](https://www.who.int/topics/millennium_development_goals/about/en/), acesso em: 13/01/2019 (tradução nossa).

sobrevivência infantil está intrinsecamente ligada à igualdade de gênero e à capacitação (*empowerment*) das mulheres; e, ainda, sobre a saúde da mulher no que tange à mortalidade materna. Por fim, abordaremos a erradicação da fome e da pobreza no mundo.

## 1. O Brasil e a Organização das Nações Unidas

O Brasil ocupa lugar de destaque nas Nações Unidas (ONU), tendo sido um dos membros fundadores, juntamente com os demais 51 países que deram início à organização. O país conta quatro representações permanentes, com sede nos Estados Unidos, Suíça, Itália e França. Tais representações visam a participação ativa nos processos de tomada de decisão e efetiva inclusão do Brasil nos trabalhos desenvolvidos pela ONU.

Para uma melhor compreensão do que significam tais representações, podemos definir-lhes a importância no acompanhamento direto das propostas de agenda da referida organização, o que já possibilitou a participação do Brasil em mais de 30 operações de paz promovidas pela ONU, desde de 1948.

Dentre os inúmeros trabalhos desenvolvidos pelas Nações Unidas, destacamos o trabalho do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD), com atuação no Brasil desde 1960. Tal programa busca a promoção de projetos e campanhas que visam o desenvolvimento do país, levando em consideração as suas necessidades. Tais atuações são tomadas como referência em outros Estados, uma vez que se faz necessária a participação do Governo Federal<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> MACHADO, João; PAMPLONA, João. Caracterização e Avaliação do Desempenho do PNUD no Brasil Segundo Sua Estratégia e Forma de Atuação, *Pesquisa e Debate*, v. 21, n.º 1, 2010, pp. 157-184.

No que diz respeito aos trabalhos propostos pelos ODM's, a adoção pelo Brasil dos modelos demonstrou alcançar efeitos positivos, não apenas no cumprimento dos ditos objetivos, mas também na superação de alguns destes. Tal êxito foi possível em virtude do monitoramento realizado nos estados brasileiros através de grupos estaduais, regionais e municipais, e também da necessária adesão de líderes políticos locais engajados com os demais setores da sociedade civil, tais como empresários e instituições do terceiro setor. A maciça adesão dos mais diversos setores, possibilitou a discussão e a realização de diversos seminários para demonstrar a importância do cumprimento dos “Objetivos do Milênio” traçados pela Nações Unidas<sup>6</sup>.

Com o propósito de incentivar o cumprimento dos objetivos, foi criado, no ano de 2004, pelo Governo Federal, juntamente com o PNUD e o setor privado, o “Prêmio ODM Brasil”, que tinha como objetivo o incentivo, valorização e desenvolvimento de iniciativas que contribuíssem para o cumprimento dos ODM's.

Assim, no ano de 2009, foi lançado um “Guia para a Municipalização dos 28 “Objetivos do Milênio”, por iniciativa da Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (AA-CPP), do Ministério do Planejamento e da Secretaria Geral da Presidência da República, que contaram ainda com o apoio do PNUD Brasil. Tal guia tinha como objetivo a sua utilização pelos gestores municipais, além de pretender vislumbrar a forma através da qual se poderia contribuir para a melhoria da condição de vida da população através dos ODM's.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=342](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=342), acesso em: 13/01/2019.

Em 2013, foi realizado ainda o encontro nacional dos novos prefeitos/as, no qual foi lançada a “Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, como instrumento de gestão pública. A agenda possibilitava que os gestores municipais tivessem acesso mais fácil e célere aos programas de governo que visavam os objetivos dos ODM’s, o que, por sua vez, possibilitava também um maior acompanhamento de metas e indicadores através de sistemas concedidos pelo Governo.

## **2. A redução da mortalidade infantil e a condição socioeconômica das mulheres**

Estudos realizados em 60 países a nível mundial demonstram que desde 1990 a redução da mortalidade infantil mais do que triplicou.

Em relação à mortalidade global de crianças menores de cinco anos, esta diminuiu em mais de metade, ou seja, reduziu de 90 para 43 o número de mortos por mil nascidos vivos entre os anos de 1990 a 2015. Tal declínio significativo na maioria das regiões pesquisadas não é suficiente para atingir a meta de mortalidade infantil. Por isso, tais estudos apontam no sentido de que levará ainda mais de 10 anos para se atingir a meta global de redução da mortalidade infantil de menores de cinco anos<sup>7</sup>.

A saúde infantil e a saúde materna estão estreitamente interligadas, dado que quanto maior o nível de educação e de

---

<sup>7</sup> GENDER CHART. *Millenium Development Goals*, disponível em: [http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender\\_Chart\\_Web.pdf](http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender_Chart_Web.pdf), acesso em: 13/01/2019 (tradução nossa).

acesso das mulheres, mais elas usufruem de uma abordagem sexual reprodutiva eficaz, sendo atendidas antes e durante o parto, o que contribui para que as chances de mortalidade infantil fiquem significativamente reduzidas e aumentem as chances de sobrevivência do nascituro.

Outro fator relevante é a idade da mãe, pois gerar filhos tanto em idade precoce como em idade avançada constitui um fator de risco para a gestante e para a criança. Daí se conclui que a expansão do acesso aos serviços e direitos de saúde sexual e reprodutiva, principalmente para as mulheres que disponham de fracos recursos financeiros, habitantes de áreas carentes, contribui para a sua melhoria de vida e para a redução de riscos dos seus filhos.

No Brasil, verificou-se no ano de 2015 que a taxa de mortalidade infantil diminuiu 73% em relação ao ano de 1990 (ano do início do cumprimento das metas), tendo superado assim a média mundial. São dados fornecidos pelo “Relatório de Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil 2015”, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Se tomarmos como base a média mundial, verifica-se que no mesmo período referido supra esta reduziu em 53% no mundo em geral, não atingindo, no entanto, a meta de 2/3 prevista nos ODM's.

Dados contidos no referido relatório atestam que, no ano de 1990, por cada 1000 crianças nascidas vivas, 61 morriam. Tal resultado atingiu o patamar de 16 mortes por cada 1000 crianças, após 25 anos.

Ainda em relação à morte de crianças com idade até 5 anos, no ano de 2013 verifica-se que, dos quase 5.500 mu-



nicípios brasileiros, mais de 1000 municípios contavam com uma taxa de mortalidade abaixo de 5 mortes por cada 1000 crianças nascidas vivas, tendo sido o Brasil o país que maiores avanços obteve nesse quesito.

Observa Paulo Jannuzzi<sup>8</sup>, Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que:

A conquista brasileira resulta de um conjunto de estratégias de políticas públicas implementadas nos últimos 12 anos, como o programa Bolsa Família. “Podemos afirmar que contribuíram muito para a queda da mortalidade infantil no país os resultados obtidos no Nordeste, região que concentra cerca de sete milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, metade do público do programa.

Segundo o mesmo, *“em pouco mais de dez anos, a mortalidade infantil no Nordeste caiu pela metade”*.

Em 2001, morriam na região do Nordeste 36,7 crianças por cada 1000 crianças nascidas vivas. Em 2012, esse número havia caído para 17,1 por cada 1000 crianças nascidas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2013, um estudo publicado pela revista científica britânica *The Lancet* revelou que a estratégia do programa

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/mortalidade-infantil-no-brasil-caiu-73-em-25-anos>, acesso em: 15/01/2019.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

“Bolsa Família” tem tido sucesso na redução da mortalidade das crianças brasileiras.

Ainda segundo este estudo, a parceria entre o programa “Bolsa Família” e a estratégia “Saúde da Família” contribuiu para a redução da taxa de mortalidade de crianças até cinco anos de idade em 19%. Esta redução foi ainda maior quando se considerou a taxa de mortalidade por causas específicas, tais como desnutrição (65%) e diarreia (53%)<sup>10</sup>.

O Relatório 2015 das Nações Unidas, denominado “Estimativas Desenvolvidas pelo Grupo Interinstitucional das Nações Unidas para a Estimativa da *Mortality* Infantil”, demonstrou progressos em relação à redução das mortes no mundo inteiro, tendo sido salva a vida de quase 50 milhões de crianças.

De acordo com este relatório:

Progressos globais substanciais têm sido feitos na redução de mortes de crianças desde 1990. O número de mortes de menores em todo o mundo diminuiu de 12,7 (12,6, 13,0) 1 milhão em 1990 para 5,9 (5,7, 6,4) milhões em 2015 - 16.000 a cada dia comparado com 35.000 em 1990.

Desde 1990, a taxa de mortalidade global de menores de cinco anos caiu 53 por cento, de 91 (89, 92) mortes por 1.000 nascidos vivos em 1990 para 43 (41, 46) em 2015.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/mortalidade-infantil-no-brasil-caiu-73-em-25-anos>, acesso em: 14/01/2019.

Progresso na redução da taxa de mortalidade sub-anual - sua taxa anual de redução aumentou de 1,8% em 1990-2000 para 3,9% em 2000-2015.

De maneira promissora, a África Subsaariana, a região com a maior taxa de mortalidade do mundo, também registrou uma aceleração substantiva. A sua taxa anual de redução aumentou de 1,6% em 1990 para 4,1% em 2000-2015.

O notável declínio da mortalidade sérica desde 2000 salvou a vida de 48 milhões de crianças com menos de cinco anos que não teriam sobrevivido até o seu quinto aniversário, se a taxa de mortalidade de menores de 2000 em diante permanecesse no mesmo nível, como em 2000.

Entre 1990 e 2015, 62 dos 195 países com estimativas disponíveis atingiram a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 4 de uma redução de dois terços na taxa de mortalidade de menores de cinco anos entre 1990 e 2015. Entre eles, 24 são países de renda baixa e média baixa.

Apesar destes ganhos, o progresso permanece insuficiente para atingir o ODM 4 globalmente e em muitas regiões, particularmente no Cáucaso e na Ásia Central, Oceânia, Sul da Ásia e África Subsaariana.

Acelerar o progresso na sobrevivência infantil exige urgentemente maior atenção para acabar com as mortes infantis evitáveis no sul da Ásia e na África subsaariana. 1 criança em cada 12 na África Subsaariana morre antes de completar o

seu aniversário - muito acima da proporção média de 1 em 147 em países de alta renda. O sul da Ásia tem a segunda maior taxa de mortalidade do mundo - cerca de uma criança em 19 anos morre antes dos cinco anos.

Globalmente, a taxa de mortalidade neonatal caiu de 36 (35,38) mortes por 1.000 nascidos vivos em 1990 para 19 (18, 21) em 2015, e o número de mortes neonatais declinou de 5,1 (4,9, 5,3) para 2,7 (2,5, 2,9) milhões. No entanto, o declínio na mortalidade neonatal de 1990 a 2015 foi mais lento do que o da mortalidade sub-neonatal e pós-neonatal: 47% em comparação com 58% em todo o mundo.

A maioria das mortes de crianças é causada por doenças prontamente evitáveis ou tratáveis com intervenções comprovadas, custo-efetivas e de qualidade. Doenças infecciosas e complicações neonatais são responsáveis pela grande maioria das mortes.

Uma aceleração do ritmo do progresso é urgentemente necessária para atingir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na sobrevivência infantil, particularmente em países de alta mortalidade na África Subsaariana. Para alcançar a meta dos ODS de uma taxa de mortalidade de 25 ou menos mortes por mil nascidos vivos até 2030<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> UNICEF. Child Mortality, *Report 2015*, disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IGME\\_Report\\_Final2.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IGME_Report_Final2.pdf), acesso em: 14/01/2019 (tradução nossa).

Portugal encontra-se numa situação privilegiada em relação a alguns dos 8 objetivos traçados pelos ODM's, já que os resultados alcançados nos últimos 35 anos relativamente à mortalidade infantil indicam que o índice de mortalidade infantil a nível mundial, no ano de 2007, era de 52% por cada 1000 crianças nascidas vivas.

Tais resultados têm sido apontados como os mais significativos da Europa, devendo ser atribuídos à sustentabilidade do sistema de saúde e ao aumento do nível de instrução da população, que vieram contribuir para a melhoria dos indicadores sanitários. Tal índice se encontra uniformizado desde o início do século XX, tendo conseguido se manter nas mais diversas regiões do país.

### **3. A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável**

A problemática da mortalidade materna despertou a atenção do mundo há 30 anos. Na década de 80, estudos demonstravam que cerca de 500 mil mulheres por ano perdiam as suas vidas por doenças decorrentes da gestação. Assim, nos anos seguintes realizou-se uma série de esforços a nível mundial no sentido de prevenir e detectar precocemente as doenças relacionadas com o estado gestacional das mulheres, focando em particular complicações obstétricas. Em conseqüências, no período compreendido entre 1985 a 2000, verificaram-se avanços, com uma queda substancial do número de mortes maternas no mundo<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> SOUZA, João. A mortalidade materna e os novos objetivos de de-

Com o intuito de aprofundar tais esforços, nos anos 90 buscou-se levar em maior consideração a questão dos fatores sociais associados à mortalidade materna, tais como a educação da mulher, o local de nascimento, o nível econômico e o nível de opressão a que a está sujeita na sociedade mundial, como forma de se detectar e prevenir tal problemática<sup>13</sup>.

Assim, a redução da mortalidade materna passou a figurar no quinto objetivo dos ODM's, uma iniciativa global das Nações Unidas, assinada no ano 2000 por mais de 180 países<sup>14</sup> e que visava a redução significativa da mortalidade materna a nível mundial, o desenvolvimento social e a erradicação da extrema pobreza mundial.

Em muitos países, incluindo o Brasil, foram iniciados programas de desenvolvimento que possuíam como metas aquelas estabelecidas pela ODM. Algumas metas de desenvolvimento foram atingidas globalmente, outras apenas em alguns países. Seja como for, mobilização global em torno dos ODM produziu um progresso considerável em muitas dimensões do desenvolvimento social, incluindo a mortalidade materna. Estima-se que entre os anos 2000 e 2015 mais de 1,5 milhão de mortes maternas tenham

---

desenvolvimento sustentável (2016–2030), *Revista Brasileira Ginecologia e Obstetrícia*, vol. 37, n.º 12, 2015, p. 549.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The Millennium Development Goals, *Report 2014*, disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>, acesso em: 14/01/2019.

sido evitadas<sup>15</sup>.

Comprovou-se que fatores como a qualidade dos serviços de saúde e a prestação adequada de tais serviços às mulheres no estado gestacional, no sentido de identificar as doenças e as complicações relacionadas com o estado puerperal ainda são os principais obstáculos à sobrevivência das mulheres em todo o mundo. Não obstante todos os avanços obtidos no mundo, principalmente após as metas traçadas pelos ODM's, continua a verificar-se uma elevada estatística de 280 mil mortes maternas por ano em todo mundo<sup>16</sup>.

De acordo com os dados dos ODM's divulgados no ano de 2015, ano que marca o fim dos “Objetivos do Milênio” pelas Nações Unidas, verificou-se que a mortalidade materna diminuiu em quase 44% desde 1990, existindo assim ainda uma elevada taxa de mortalidade materna, sendo a maioria das mortes atribuída a causas evitáveis.

O referido Relatório aponta ainda que:

Globalmente, houve uma estimativa de 303.000 mortes maternas em 2015. A taxa de mortalidade materna caiu quase 44% em relação ao nível de 1990, mas bem abaixo da meta dos ODM de reduzir a taxa de mortalidade materna em três trimestres até 2015. Níveis elevados de morta-

---

<sup>15</sup> WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Trends in maternal mortality: 1990 to 2013*, estimates by UNICEF, UNFPA, the World Bank, and the United Nations Population Division, 2014, disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226_eng.pdf), acesso em: 14.01.2019.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

lidade materna persiste na África Subsaariana e no Sul da Ásia, que juntos representaram 88% do total de mortes maternas em 2015. A maioria dessas mortes é evitável. As causas da mortalidade materna variam de acordo com a região, mas são geralmente devido à falta de serviços de atendimento obstétrico de emergência, baixos níveis de assistência qualificada no parto, particularmente para mulheres pobres, e a contínua negação de saúde sexual e reprodutiva e direitos para mulheres e meninas em muitos países. Em particular, os abortos inseguros também constituem uma das principais causas de mortes maternas. Globalmente, em 2008, estima-se que 21,6 milhões de abortos inseguros ocorreram, principalmente em países em desenvolvimento, resultando em 47.000 mortes<sup>17</sup>.

Alega-se que tais políticas introduzidas pelos ODM's<sup>18</sup> acarretaram um aumento substancial do número de partos assistidos em instituições de saúde no mundo, já que no ano de 2012 se alcançou o patamar de 68% de nascimentos no mundo. No entanto, ainda é necessário reunir esforços para que essa cobertura seja cada vez maior.

---

<sup>17</sup> GENDER CHART. *Millenium Development Goals*, disponível em: [http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender\\_Chart\\_Web.pdf](http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender_Chart_Web.pdf), acesso em: 15/01/2019 (tradução nossa).

<sup>18</sup> WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Trends in maternal mortality: 1990 to 2013, estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, the World Bank, and the United Nations Population Division*, 2014, disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226\\_eag.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226_eag.pdf), acesso em: 15/01/2019.



O contraponto da questão é que se verifica nos países com uma cobertura completa de nascimentos, como o Brasil, uma grande medicalização na assistência ao parto, sendo verificado o uso excessivo de intervenções por via cesariana, o que tem impulsionado o surgimento de movimentos femininos e de campanhas públicas de incentivo ao parto natural, mais seguro e menos agressivo, tanto para a gestante como para o nascituro, à semelhança do que já ocorre na maioria dos países da União Européia (UE).

Em relação ao Brasil são apontados alguns fatores como primordiais para não se terem atingido os índices propostos pelos ODM's, já que no país se concentra um índice elevadíssimo de cesáreas, além do excesso de intervenções desnecessárias, atreladas à falta de formação de equipes especializadas e à ausência de legalização do aborto. Se estima que em 2013 morreram no Brasil 1.567 mulheres por complicações no parto, durante ou após a gestação, ou causadas pela sua interrupção.

Em face do exposto, a meta traçada pelo quinto objetivo dos ODM's proposta pela ONU era a de chegar a uma taxa de 35 mortes por 100 mil nascimentos.

Do ano de 1990 até aos dias atuais, verifica-se uma redução da taxa de mortalidade materna no Brasil. Mesmo não tendo sido atingidos os patamares esperados, a taxa caiu quase para metade, não obstante ser ainda insuficiente para se cumprir a meta.

O Ministério da Saúde no Brasil tem vindo a desenvolver várias ações com o intento de reduzir a taxa de mortalidade materna. Estas ações têm contribuído para a melhoria do sistema de saúde pública, concedendo mais qualidade e infor-

mação à população através de campanhas de conscientização acerca da importância do pré-natal para a saúde da gestante e para o bebê.

Tais ações têm sido desenvolvidas por equipes treinadas para melhor atender à população em hospitais especializados em saúde da mulher, como é exemplo a “Rede Cegonha”<sup>19</sup>, criada no Brasil em 2011. Este projeto conta com a caderneta da gestante, na qual deve constar todo o registro das informações de acompanhamento da gestação, e deve ser parte essencial do processo de trabalho dos profissionais de saúde, sendo utilizada em todas as consultas do pré-natal.

De acordo com o último relatório da OMS sobre o tema, a taxa média de mortalidade materna em países desenvolvidos era de 16% em 2003, enquanto nos países em desenvolvimento era de 23%.

---

<sup>19</sup> É uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Esta estratégia tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no país e será implantada, gradativamente, em todo o território nacional, iniciando a sua implantação respeitando o critério epidemiológico, a taxa de mortalidade infantil, a razão da mortalidade materna e a densidade populacional. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_redecegonha.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php), acesso em: 15/01/2019.

#### 4. A erradicação da pobreza extrema e a fome

As estimativas apontam que cerca de um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a US\$1,00 de renda *per capita* por dia. Tal índice é medido pela paridade do poder de compra, convertido para a moeda nacional de cada país. No entanto, tais índices apresentaram melhorias em cerca de 43 países, o que corresponde a 60% da população mundial.

O objetivo primeiro dos ODM's pretende reduzir para metade o número de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia, ou seja, pessoas que vivem abaixo das condições mínimas de subsistência, em consequência da falta de oportunidades de emprego e, por conseguinte, de renda. Para tal, as metas perseguidas neste objetivo passaram, inicialmente, por reduzir para metade a fome no mundo (entre 1990 e 2015) e por oferecer emprego digno e produtivo à população, incluindo mulheres e jovens.

Eis alguns dos fatos importantes e analisados a nível internacional para se alcançar esse objetivo:

O número de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza internacional de 1,25 dólares por dia baixou de 1,8 mil milhões para 1,4 mil milhões, entre 1990 e 2005.

A proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema nas regiões em desenvolvimento baixou de 46% para 27%, o que significa que se está no bom caminho para atingir a meta a nível mundial.

A crise económica deverá lançar na pobreza mais 64 milhões de pessoas, em 2010.

Aproximadamente uma em cada quatro crianças com menos de cinco anos sofre de insuficiência ponderal no mundo em desenvolvimento, em comparação com três, em 1990<sup>20</sup>.

O Brasil conseguiu cumprir as metas internacionais de erradicação da fome e da pobreza extrema. Em 2017, o PNUD realçou o comprometimento do Governo Federal brasileiro, atrelado às políticas públicas e ao apoio de diversos parceiros, para o sucesso do Brasil no cumprimento do objetivo primeiro dos ODM's.

Diversos programas do Governo Federal merecem destaque, como o “Plano Brasil Sem Miséria” de 2001, o “Programa Fome Zero”, de 2003, o “Cadastro Único para Programas Sociais”, que permitiu um cadastro a nível nacional para identificar os beneficiários dos programas, o programa “Bolsa Família”, lançado em 2003, além da “Política de Aumento do Salário Mínimo”. Todos estes programas resultaram na redução da taxa de pobreza extrema, de 25,5% em 1990 para 3,5% em 2012.

O interessante dos “Objetivos do Milênio” consiste na interligação do cumprimento das metas. Como exemplo disso, pode verificar-se no Brasil que o objetivo primeiro, a erradicação da extrema pobreza e a fome, apresenta reflexos no objetivo segundo dos ODM's, uma vez que um dos pré-requisitos para que as famílias beneficiem do auxílio do

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade/27665>, acesso em: 15/01/2019.

programa “Bolsa Família” é o de que as crianças estejam devidamente matriculadas na escola. As bolsas são atribuídas consoante a faixa etária de cada aluno, sendo inclusive exigidas as certidões de frequência escolar dos beneficiários do dito programa.

Para além destes programas, existem outros que também poderíamos mencionar, tais como o programa “Universidade para Todos Prouni”, instituído no ano de 2005, que promove o acesso dos alunos da rede pública de ensino às instituições de nível superior particulares, custeado pelo Governo Federal, o programa “Mais Educação”, o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (Proinfância), e o “Plano de Desenvolvimento da Educação” (PDE), todos criados no ano de 2007.

O PDE engloba diversos programas que têm como objetivo melhorar a educação brasileira, através de ações que passam, por exemplo, pela formação de professores, pelo aumento da arrecadação da União para repasses relativos à educação, pela ampliação do prazo para pagamento do “Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior” (FIES), pela ampliação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, entre outras acções.

Vários estudos demonstram que nas regiões em desenvolvimento as taxas de pobreza extrema caíram de 46% em 1990 para 27% em 2005, e que, apesar dos efeitos das crises econômicas mundiais e das crises alimentar e energética, mais avanços continuaram a ser alcançados.

Não obstante os avanços demonstrados no relatório apresentado em 2010<sup>21</sup>, estimava-se que em 2015 cerca de 920 milhões de pessoas ainda viveriam abaixo do limiar de pobreza internacional, com apenas 1,25 dólares por dia.

Os estudos apresentados pela ONU demonstram que, em 41 dos 75 países membros, nas famílias mais pobres as mulheres se encontram em situação mais favorável do que os homens.

As lacunas de dados limitam nossa compreensão da experiência de pobreza das mulheres. Os dados sobre pobreza e vulnerabilidade à pobreza por sexo não estão disponíveis em muitos países, tornando a avaliação das tendências globais e regionais muito difícil. Apesar dessas limitações, a pesquisa mostra que as mulheres enfrentam uma vulnerabilidade acentuada à pobreza. Um estudo recente usando o índice de ativos de riqueza como proxy para a pobreza das famílias descobriu que as mulheres com idade entre 20 e 59 anos são mais propensas do que os homens da mesma idade a viver na pobreza na maioria dos países com dados. Uma análise mais aprofundada indica que nos países onde as mulheres estão representados no quintil de riqueza mais baixo dos agregados familiares, os agregados familiares têm maior probabilidade de serem chefiados por mulheres ou não terem adultos do sexo masculi-

---

<sup>21</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010*, disponível em: <http://mdgs.un.org>, acesso em: 15/01/2019.

no. Isto sugere um maior risco de pobreza entre mulheres separadas, viúvas e mães solteiras, incluindo chefes de família autorreferidos sem um parceiro do sexo masculino.

Muitos fatores contribuem para aumentar a vulnerabilidade das mulheres à pobreza. Estes incluem acesso desigual a trabalho remunerado, salários mais baixos, falta de proteção social e acesso limitado a ativos, incluindo terra, crédito e propriedade<sup>22</sup>.

## **5. Os “Objetivos do Milênio” na União Europeia e em Portugal, e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”**

A UE assume o papel de maior doador mundial, tendo assim uma responsabilidade maior em se alcançarem os ODM's na comunidade internacional, o que faz com que assumam uma posição de liderança em aspectos considerados fundamentais, tais como a eficácia na ajuda e no apoio a países que se encontrem em situações de fragilidade.

Concluiu o Conselho, no âmbito de uma agenda da UE, que prevalece como parceiro global para o desenvolvimento (Junho de 2008) e que busca a identificação de medidas fundamentais para acelerar os progressos na aplicação dos

---

<sup>22</sup> GENDER CHART. *Millenium Development Goals*, disponível em: [http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender\\_Chart\\_Web.pdf](http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender_Chart_Web.pdf), acesso em: 16/01/2019 (tradução nossa).

ODM's, com foco especial no continente africano<sup>23</sup>.

Um documento de trabalho subsequente da Comissão Europeia (CE) analisa os impactos da crise financeira na obtenção dos ODM e propõe medidas a tomar pela UE para ajudar os PED a responderem à crise. A fim de realizar todos os ODM, a União reiterou o compromisso de aumentar, no seu conjunto, a ajuda pública ao desenvolvimento para 0,56 % do rendimento nacional bruto (RNB) até 2010 e para 0,7 % de RNB até 2015<sup>24</sup>.

A participação de Portugal tem sido efetiva, nomeadamente através do acompanhamento de debates nas mais diversas instâncias internacionais, e vem contribuindo, de forma ativa, para os esforços mundiais, verificando-se um aumento da sua eficácia na ajuda.

A cooperação portuguesa assumiu o compromisso de aumentar a qualidade e a quantidade da ajuda ao desenvolvimento, focando no último objetivo dos ODM's, que trata da luta contra a pobreza, com vista à sua erradicação. Este é o objetivo central dos ODM's, pois entende-se que os demais

---

<sup>23</sup> COMISSÃO EUROPÉIA. *Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento de 19 de Setembro de 2008*, “A meio caminho dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: em que ponto estamos e para onde devemos ir?”, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r12533&from=PT>, acesso em: 16/01/2019. Este relatório avalia o estado de concretização dos ODM's até 2015.

<sup>24</sup> COMISSÃO EUROPÉIA. *Millennium Development Goals - Impact of the Financial Crisis on Developing countries*, 2009, disponível em: <http://aei.pitt.edu/37888/>, acesso em: 16/01/2019.



objetivos, dentre eles os objetivos presentes neste estudo, estão intrinsecamente ligados ao nível socioeconômico vivenciado pelas populações no mundo.

Apesar das campanhas direcionadas ao combate à mortalidade infantil e materna, é no combate à pobreza extrema que se efetiva o desenvolvimento educacional da população, fazendo com que as pessoas tenham melhor acesso às condições humanas de subsistência.

Após o fim do prazo de 15 anos para se alcançar as metas dos Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a agenda que orientou os esforços globais para o desenvolvimento entre 2000 e 2015, contribuíram para alcançar avanços notáveis que se traduziram na melhoria das condições de vida de milhões de pessoas. Porém, esses progressos não foram iguais para todos, deixando um número imenso de cidadãos, incluindo milhões de crianças, à margem dos benefícios alcançados.

Assim surgem os novos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), aprovados pelos líderes mundiais reunidos na Assembleia-Geral da ONU a 25 de setembro de 2015, são fruto do trabalho conjunto de Governos e Cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global de governança com a finalidade de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e promover a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030.

A agenda que vai orientar o desenvolvimento das sociedades nos próximos 15 anos é composta por **17 objetivos**. Estes novos objetivos colocam

o enfoque nas pessoas, nos direitos humanos e na resposta às crescentes desigualdades sociais, bem como englobam questões centrais como a paz, a segurança e as alterações climáticas. É uma agenda ambiciosa, que deverá ser implementada por todos os países nos próximos 15 anos.

A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento dos cidadãos. As crianças e os jovens são centrais neste apelo global de participação e a escola é essencial para dar a conhecer a nova agenda global, inspirar e incentivar as pessoas a participarem no desenvolvimento das comunidades”<sup>25</sup>.

Assim, surgem os novos objetivos da igualdade e melhoria da qualidade de vida no mundo, como continuação dos “Objetivos do Milênio”, tomando por base as estatísticas apresentadas no final de 2015, e traçando novas metas a serem atingidas até 2030.

Os 17 objetivos dos ODS 2016-2030 são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

---

<sup>25</sup> DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>, acesso em: 16/01/2019.

3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas.
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Garantir o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.
8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os povoamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactes.
14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e estancar a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável<sup>26</sup>.

Assim, a UE busca reunir esforços no sentido de garantir o cumprimento dos ODS, com foco nas necessidades das gerações atuais, sem que com isso venha a comprometer a capacidade das gerações futuras de acudirem às suas necessidades de acordo com os objetivos impostos. Tudo isso se traduz numa abordagem global que considera as dimensões económicas, sociais e ambientais ao redor do mundo e a busca de uma forma universal e menos prejudicial para se atingirem tais objetivos.

A posição da UE, levando em consideração o desenvolvimento sustentável, é favorável em comparação com os demais países, já que se verifica um grande empenho dos seus

---

<sup>26</sup> DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030 (ODS)*, disponível em: [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_desenvolvimento/Documentos/objetivos\\_desenvolvimento\\_sustentavel\\_2016-2030.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/objetivos_desenvolvimento_sustentavel_2016-2030.pdf), acesso em: 16/01/2016.

EM's em assumir posição de liderança no cumprimento da “Agenda 2030”<sup>27</sup> da ONU.

A Comissão Européia (CE) traçou dez prioridades para que tal objetivo seja atingido.

A primeira dessas prioridades versa sobre a problemática da criação de emprego, sendo denominada “Emprego, Desenvolvimento e Investimento”. Observa-se que desde a crise financeira mundial, denominada crise dos *subprimes*, iniciada em 2009 nos Estados Unidos, a UE tem apresentado níveis de desenvolvimento inferiores ao esperado, sendo necessários esforços a nível europeu para retornar à posição de recuperação econômica. Surgiu, assim, o plano denominado “Plano Juncker”, que busca a utilização de recursos provenientes dos EM's de forma mais inteligente, reduzindo os obstáculos fronteiriços dos investimentos, dando a visibilidade e assistência técnica necessária aos projetos para se efetivar a criação de empregos<sup>28</sup>.

Logo em seguida, assistiu-se à instituição do “Mercado Único Digital”, que visa a eliminação de obstáculos à exploração de linhas digitais. Levando em conta a transformação que a *internet* e as tecnologias digitais estão provocando no mundo global, ainda existem inúmeros obstáculos que fazem com que a população deixe de beneficiar dos bens e serviços

---

<sup>27</sup> Em novembro de 2016, a Comissão Européia apresentou a sua abordagem estratégica para a aplicação da Agenda 2030 da ONU, nomeadamente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

<sup>28</sup> COMISSÃO EUROPÉIA. *Emprego, crescimento e desenvolvimento*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/jobs-growth-and-investment\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/jobs-growth-and-investment_pt), acesso em: 16/01/2019.

colocados à disposição pelo Governo, deixando de fazer uso das ferramentas digitais, o que limita o espaço de atuação das empresas que trabalham no setor da *internet* e das *start-ups*. Tal prioridade visa a adequação do mercado único europeu à era digital através da eliminação de barreiras regulamentares, passando dos atuais 28 mercados nacionais a 1 mercado único, o que traria uma contribuição de cerca de 415 mil milhões de euros por ano para a economia e criaria milhares de novos empregos<sup>29</sup>.

Como terceira prioridade surge a energia. A CE propõe uma União Europeia de Energia (UEE); ou seja, a energia nos EM's passaria a fazer parte de um mercado único, com livre circulação, o que ofereceria aos cidadãos, enquanto consumidores, melhores serviços. A referida União levaria em conta os fenômenos que causam alterações climáticas e conduzem a verdadeiros desastres socioambientais, e prevê ainda a instituição de uma política climática no âmbito das energias renováveis.

A quarta prioridade versa sobre o Mercado Interno da UE, sendo este um dos principais objetivos da Europa nos dias atuais. O Mercado Interno seria um motor crescente para a criação de uma economia mais forte e justa. Ao permitir a livre circulação de bens, de pessoas, de serviços e capitais. O mercado único busca trazer oportunidades para toda a população, já que tanto beneficiariam dele os cidadãos, como as empresas e os consumidores, contribuindo,

---

<sup>29</sup> GENDER CHART. *Millenium Development Goals*, disponível em: [http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender\\_Chart\\_Web.pdf](http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender_Chart_Web.pdf), acesso em: 16/01/2019 (tradução nossa).

de forma efetiva, na geração de emprego e no crescimento da Europa. Além disso, essa maior integração dos mercados de capitais seria benéfica para as Pequenas e Médias Empresas (PME's), dado que atrairia mais financiamentos. A mobilidade de mão de obra que o mercado único permite faz com que profissionais busquem melhores oportunidade de emprego e de renda, tendo em conta as suas competências profissionais, havendo uma contribuição única de acordo com a quota-parte de cada um, e evitando a evasão de divisas.

A quinta prioridade prevê a instituição de uma União Económica Monetária (UEM) mais aprofundada e justa, propondo as seguintes metas:

No âmbito da União Económica e Monetária (UEM), os países da UE coordenam as suas políticas económicas para:

1. Assegurar que os países da UE podem resistir a crises futuras, através da introdução de reformas económicas e sociais e de políticas orçamentais responsáveis;
2. Incentivar o investimento e reforçar a competitividade;
3. Proporcionar mais oportunidades de emprego e melhores condições de vida aos europeus<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> COMISSÃO EUROPEIA. *Uma União Económica e Monetária mais justa e aprofundada*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union_pt), acesso em: 16/01/2019.

Deste modo, existem três domínios de intervenção: i. a União Económica; ii. a União Financeira; e a iii. União Orçamental. Cada um destes domínios tem os seus objetivos definidos.

A União Económica procura garantir um elevado nível de vida para todos os cidadãos da zona do euro, sendo notório que o que acontece num Estado-membro pode afetar os demais.

A União Financeira trata do sistema bancário, procurando manter os seus bancos fortes e estáveis. Um mercado financeiro capaz de financiar a economia visa ainda garantir a proteção dos depósitos, gerando uma maior credibilidade e segurança para a população.

Por fim, a União Política, que é um reflexo da União Económica, visa criar bases sólidas, com maior engajamento do Parlamento Europeu, dos Parlamentos Locais e dos demais parceiros, visando uma zona euro sólida e unificada.

Como sexta prioridade, pretende-se a manutenção de uma política comercial equilibrada e progressiva para controlar a globalização. Reconhece-se assim a importância do comércio na economia moderna global atual, pois contribui para o crescimento, o emprego e a competitividade. Neste contexto, a UE prima pela manutenção de um sistema regulado e aberto, o que a colocará numa posição de líder. A busca por uma política comercial que vise a geração de emprego, de renda e de novas oportunidades de investimentos para as empresas, tanto as PME's como as grandes empresas, traz uma grande vantagem para a população enquanto consumidora, já que os acordos comerciais celebrados permitem a redução de preços e a possibilidade de escolha, sem prejuí-



zo das normas de proteção aos consumidores e os direitos sociais e ambientais<sup>31</sup>.

Neste diapasão, a política comercial vigente atualmente na UE reforça a influência da Europa no mundo, com uma maior atração de investimentos, tendo em consideração a importância dos acordos comerciais celebrados.

A sétima prioridade trata de Justiça e Direitos Fundamentais. Tem como intuito assegurar que todos os cidadãos europeus usufruam dos mesmos direitos fundamentais, direitos estes que asseguram a igualdade, a não discriminação, racial ou de qualquer outra origem, a inclusão, a dignidade da pessoa humana e os pressupostos da democracia.

Ratificam-se os Tratados da UE e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. A paz, a luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e os crimes cibernéticos, continuam a ser a principal prioridade a seguir.

A oitava prioridade trata da Migração. A Migração é um tema relevante nos dias atuais, tendo em conta os últimos acontecimentos relacionados com os imigrantes que arriscam a vida diariamente na travessia do Mar Mediterrâneo em busca de dignidade. Assim, esta temática não pode ser tratada isoladamente por cada país, sendo, portanto, necessária uma “Agenda de Migração” da CE que trate das políticas internas e externas acerca da problemática, envolvendo órgãos da sociedade civil, organismos nacionais e internacionais.

---

<sup>31</sup> COMISSÃO EUROPÉIA. *Uma política comercial equilibrada e progressiva para controlar a globalização*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/balanced-and-progressive-trade-policy-harmonisation\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/balanced-and-progressive-trade-policy-harmonisation_pt), acesso em: 16/01/2019.

A nona e penúltima prioridade visa uma UE mais forte no cenário mundial, o que torna necessário o enfrentamento das crises nos países vizinhos de forma eficaz, projetando os seus valores, e, ainda, a rejeição do protecionismo, o respeito pelas normas comuns de comércio e a luta pela paz e a prosperidade mundial.

Por último, temos a mudança democrática que consiste no objetivo de reforçar a democracia e aproximar a UE dos cidadãos, através de um regime democrático. O cidadão europeu tem o direito de tomar conhecimento acerca dos membros que integram as comissões, dos parlamentares que integram o Parlamento Europeu (PE), bem como das pessoas do quadro do Conselho que fazem parte do processo legislativo.

## **Conclusão**

O presente trabalho buscou uma abordagem global sobre os “Objetivos do Milênio” da ONU. Tais objetivos visavam o cumprimento de algumas metas a serem atingidas, a iniciar no ano de 1990 e com término no ano de 2015. Para serem alcançadas as metas estabelecidas, foi necessário o envolvimento dos Governos Federais e das instituições da sociedade civil, tal como ocorre na maioria dos países.

Ao longo da exposição, verificou-se que os objetivos analisados, ou seja, o combate à mortalidade infantil e materna, e a erradicação da pobreza extrema e da fome, conforme apontam dados oficiais, estão intrinsecamente interligados, a exemplo do que ocorre no Brasil com os programas sociais instituídos pelo Governo Federal para cumprimento do objetivo primeiro dos ODM’s, que acabam por intervir em outra meta que trata da educação, já que se faz necessária a comprovação da frequência das crianças em idade escolar pertencentes às famílias beneficiadas, para que se possa receber o subsídio do Governo.

São as políticas públicas que dão ênfase ao cumprimento das metas propostas pelos ODM’s. Assim, os processos que interferem na formulação dessas políticas a serem implementadas atuam em setores como o da saúde, educação e social, devendo-se basear na equidade e na inclusão social. Além de se buscar a redução das desigualdades entre as mais diversas populações, buscam-se as condições mínimas de dignidade para a sobrevivência, não se podendo, para tal, desconsiderar

o papel fundamental de setores como o da previdência social, o da saúde e o da educação.

A importância desses objetivos instituídos a nível mundial, com as suas respectivas agendas construídas nos fóruns internacionais, constitui uma conquista primordial para os países mais pobres e desiguais do mundo. No entanto, muito deve ainda ser feito para que essas diretrizes tragam, efetivamente, uma melhoria na qualidade de vida de grande parte da população desses países, sendo, portanto, necessário o fortalecimento de outras políticas públicas, com o engajamento de setores privados que possibilitem novos pactos de proteção aos direitos sociais, em especial à saúde.

Há, contudo, que realçar o avanço alcançado através da “Declaração do Milênio” de 2000, que, para além de ter contribuído para o despertar do mundo no que se refere aos seus objetivos, ainda buscou centralizar a atenção no poder público, nas verdadeiras obrigações que estes têm para com a população, incluindo direitos garantidos constitucionalmente.

O grande impacto que as agendas de cumprimento causaram foi o da repercussão das suas metas em todo o mundo. Estas contribuíram para que a atenção política se voltasse para tais questões, o que impulsionou a tomada de medidas relativas ao desenvolvimento sustentável e às desigualdades sociais, dentre elas o combate à pobreza extrema e à fome, a promoção de direitos relacionados à saúde, tais como a mortalidade infantil e a mortalidade materna, tendo obtido êxito nestes aspectos.

Tais objetivos foram traçados através de agendas de cumprimento, de forma simples, de fácil percepção e divulgação, e contaram com o apoio decisivo dos Governos dos Estados,

da sociedade. Assim, os ODM’s conseguiram atrair a atenção da sociedade internacional para o desenvolvimento em torno de um conjunto de objetivos comuns da humanidade, e esta unidade é extremamente significativa.

Hoje, é visível que os ODM’s representam uma questão central nas estratégias sobre como lidar com os desafios nacionais da maioria dos países em desenvolvimento, além de se terem consagrado como um marco para a definição das políticas públicas a serem futuramente adotadas. Entretanto, cumpre notar que, mesmo na posse de todos estes elementos, ainda não está suficientemente garantido que ocorram progressos em todos os setores que fazem parte dos objetivos. Ainda há muita desigualdade social entre os países e muito a se resolver, sendo este um ponto inicial para despertar o interesse mundial acerca das questões abordadas.

A concretização do direito à saúde e dos demais direitos humanos tem por pressuposto fundamental para a sua efetivação a instauração de políticas públicas eficazes que evitem a destinação equivocada de recurso públicos.

Conclui-se, por fim, que os “Objetivos do Milênio” trouxeram à baila quem são, de fato, os atores, os interesses e de que nacionalidade são as pessoas a quem tais objetivos se destinam e que acabaram por marcar o início de um novo processo de configuração das políticas públicas de saúde e educação nos quinze anos iniciais do século XXI, devendo servir como base para a adoção de medidas futuras, tudo isto na prossecução de uma sociedade mais digna e mais justa.

Assim, saíram de cena os “Objetivos do Milênio” no ano de 2015 e foram, posteriormente, traçados os novos objetivos propostos pela ONU, os ODS, que traçam 17 objetivos a serem cumpridos até 2030.

Com base na experiência e nos resultados obtidos com os ODM's, levaram-se em consideração as novas necessidades mundiais para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária, que traga melhorias para a vida da população atual, firmando compromissos com as gerações futuras. Caberá aos Governos, à sociedade civil, aos diversos órgãos e setores, o comprometimento para o êxito do cumprimento dos ODS's.

## Referências bibliográficas

- COMISSÃO EUROPÉIA. *Emprego, crescimento e desenvolvimento*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/jobs-growth-and-investment\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/jobs-growth-and-investment_pt).
- *Millennium Development Goals - Impact of the Financial Crisis on Developing countries*, 2009, disponível em: <http://aei.pitt.edu/37888/>.
- *Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento de 19 de Setembro de 2008*, “A meio caminho dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: em que ponto estamos e para onde devemos ir?”, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/txt/html/?uri=legissum:r12533&from=pt>.
- *Uma política comercial equilibrada e progressiva para controlar a globalização*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/balanced-and-progressive-trade-policy-harness-globalisation\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/balanced-and-progressive-trade-policy-harness-globalisation_pt).
- *Uma União Económica e Monetária mais justa e aprofundada*, disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union_pt).
- DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>.
- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030 (ODS)*, disponível em: [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_desenvolvimento/Documentos/objetivos\\_desenvolvimento\\_sustentavel\\_2016-2030.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/objetivos_desenvolvimento_sustentavel_2016-2030.pdf).
- GENDER CHART. *Millennium Development Goals*, disponível em: [http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender\\_Chart\\_Web.pdf](http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Gender_Chart_Web.pdf).

- MACHADO, João; PAMPLONA, João. Caracterização e Avaliação do Desempenho do PNUD no Brasil Segundo Sua Estratégia e Forma de Atuação, *Pesquisa e Debate*, v. 21, n.º 1, 2010.
- MINISTÉRIO FEDERAL. *Turminha do Ministério Federal*, disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010*, disponível em: <http://mdgs.un.org>.
- . The Millennium Development Goals, *Report 2014*, disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>.
- RAMOS, Edith; MADUREIRA, Amanda; SENA, Jaqueline. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e o direito à saúde: uma breve reflexão, *RVMD*, Brasília, v. 10, n.º 2, 2016.
- REZENDE, Maria José de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social, *Convergência*, v. 14, n.º 43, 2007.
- . *Os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão*, Investigación & Desarrollo, 2008, disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26816208>.
- UNICEF. Child Mortality, *Report 2015*, disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IGME\\_Report\\_Final2.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/IGME_Report_Final2.pdf).
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Millennium Development Goals (MDGs)*, disponível em: [https://www.who.int/topics/millennium\\_development\\_goals/about/en/](https://www.who.int/topics/millennium_development_goals/about/en/).
- . *Trends in maternal mortality: 1990 to 2013, estimates by UNICEF, UNFPA, the World Bank, and the United Nations Population Division*, 2014, disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226_eng.pdf).



